

RESENHA

CAPITALISMO E DEMOCRACIA: CONVERGÊNCIA OU DIVERGÊNCIA?

PIKETTY, Thomas.

O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p.

MAURÍCIO MICHEL REBELLO E DR. GUSTAVO GIORA

Recebida em 05/2017

Aprovada em 11/2017

A leitura da obra de Piketty causa certo mal-estar ao leitor das ciências sociais, pois não há como ficar indiferente sobre o futuro da democracia no capitalismo. Apesar de sua obra não almejar o debate sobre a teoria da democracia, seu texto toca em um ponto essencial: como assegurar um ambiente democrático em um sistema econômico cada vez mais desigual? E mais: até que ponto democracia e redistribuição estão realmente em compasso?

O trabalho é construído sobre uma pesquisa de mais de uma década, esforço do autor e de alguns outros economistas, detalhando a mudança histórica na concentração de renda e riqueza. O grandioso conjunto de dados permite a verificação da desigualdade desde o início da revolução industrial para alguns casos. A verificação inicial é de que a Europa Ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, era extremamente desigual. Um ambiente onde a riqueza privada superava a renda nacional e estava concentrada nas mãos de famílias ricas dentro de uma estrutura social bastante rígida. Esse cenário, segundo os dados e a análise do autor, manteve-se relativamente imutável mesmo quando a industrialização passou a contribuir para o aumento dos salários pagos aos operários.

A compilação de dados indica que essa estrutura de desigualdade apenas pôde ser mitigada depois das Duas Grandes Guerras e da Grande Depressão – período de alta taxação, inflação, falências e a criação dos sistemas de *welfare*, em que a riqueza acumulada foi reduzida

drasticamente (essencialmente pela destruição do capital). Isso permitiu um novo alvorecer, em que riqueza e renda foram distribuídas de maneira mais igualitária. Mas os choques do início do século XX passaram e a riqueza vem se reorganizando cumulativamente outra vez. Nesse aspecto, o autor mostra como a riqueza retomou seu papel concentrador e vem alcançando níveis próximos, apesar de ainda menores, do que os verificados antes da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Uma questão fundamental na obra é dividir a renda em dois componentes: a renda derivada do trabalho (salários, gratificações, renda de trabalhos de profissionais autônomos e liberais, etc.) e a renda do capital (aluguéis, dividendos, juros, lucros, ganhos de capital, etc.).

Ao longo dos diversos capítulos – o livro é dividido em quatro partes –, o autor aponta como existem forças de convergência e divergência em termos de riqueza ou renda. Em outras palavras, como, ao longo da história, o sistema capitalista pode projetar um aumento ou diminuição da igualdade econômica. Como regra geral, a riqueza cresce mais rapidamente do que o crescimento econômico. Essa hipótese vem da expressão $r > g$ (em que r é a taxa de retorno da riqueza, ou capital, e g está para a taxa de crescimento econômico). Tudo o mais constante, o rápido crescimento econômico teria como efeito diminuir a importância da riqueza (na forma

de capital) na sociedade, ao passo que o baixo crescimento econômico seria o responsável por ampliar a dominação do capital nessa mesma sociedade.

Essa lógica ocorreu na maior parte da história até o século XIX e seria provável voltar a ocorrer no século XXI. Simplificando, a renda do capital herdada, sendo poupada, renderia mais do que a renda e a produção da economia como um todo. Para piorar a situação, o estoque inicial de capital (grandes fortunas) renderá ainda mais quanto maior for a dotação inicial do indivíduo (p. 33). Bastaria a este poupar parte da renda extraída do capital e reinvestir sob variadas fontes de retorno de capital para ficar ainda mais rico e cada vez mais se distanciar da média da riqueza da população de seu país.

Na primeira parte – “Renda e Capital” –, o autor define os principais conceitos a serem utilizados ao longo do livro. Nesse momento, é fundamental ater-se aos conceitos de *capital* e *patrimoine* (traduzidos ora como riqueza, ora como capital), e as duas versões possíveis de renda – a do capital e a do trabalho. Lembrando que a renda do trabalho assalariado, em regra, vem determinada como salário. Nesse aspecto, existe uma sutil, mas fundamental, verificação a ser feita. Note que o autor usará em comparação sempre a ideia de contrapor a renda do trabalho frente à renda do capital, jamais a segunda frente a salários. Ou seja, está subentendido

que, se por um lado, os salários podem ser considerados como uma modalidade de renda do trabalho, não parece ser esta a renda do trabalho (gênero do qual o salário é uma das espécies) à qual o autor se refere na comparação direta que levanta quando da discussão sobre o mérito da renda do capital frente ao mérito da renda do trabalho.

Na segunda parte – “A dinâmica da relação capital/renda” –, analisa-se a grande transformação do capital ao longo dos últimos três séculos. Se antes a riqueza estava, essencialmente, nas terras, devido à alta participação da agricultura na economia, atualmente, o capital encontra-se nos imóveis e no capital financeiro e profissional investidos nas empresas e na administração pública (p. 120). A escravidão foi um componente fundamental para a riqueza nos Estados Unidos, ao passo que, na Europa, esse peso foi menor.

A terceira parte – “A estrutura da desigualdade” – é um dos pontos altos do livro e uma das passagens mais fundamentais para os cientistas sociais que pretendem compreender a realidade social do século XXI. Em países pretensamente igualitários, cerca de 50% de toda a riqueza é controlada por 10% da população e, em países desiguais, ultrapassa 70%. Aqui, o princípio da meritocracia da democracia liberal deve ser cuidadosamente reexaminado com o contexto mostrado pelo autor.

Na quarta e última parte – “Regular o capital no século XXI” –, Piketty tenta encontrar mecanismos, principalmente tributários, para impedir uma espiral de crescimento da desigualdade. A construção de um Estado social no século XX – o autor opta por essa terminologia ao invés de *Welfare State* – permitiu uma ampla arrecadação dos Estados Nacionais, suprimindo o *laissez-faire* dos séculos anteriores. A conquista, em alguns países, de um imposto progressivo fortaleceu a ideia de tentar diminuir a distância de rendas mais altas e mais baixas. Contudo, Piketty salienta a importância de um imposto mundial sobre grandes fortunas para impedir a evasão fiscal, mesmo sabendo que, nas atuais circunstâncias, tal instituto seria utópico.

Como dissemos no início, há uma inquietude nessa obra, se refletirmos sobre os ideais de igualdade que estimamos ao pensar em uma teoria democrática. Em *Sobre A Democracia*, Robert Dahl (2001) provoca o leitor com dois capítulos subsequentes: por que o capitalismo de mercado favorece a democracia e por que o capitalismo de mercado prejudica a democracia. De um pensamento revolucionário no século XIX a uma entidade amorfa no século XXI (LOSURDO, 2004)? Seria isso a esperar da democracia?

Se as lutas travadas pelo sufrágio universal foram tão difíceis e historicamente tortuosas, poderíamos pensar que a elite econômica

encontrou, por fim, uma maneira de obstaculizar expectativas igualitárias para o século XXI. Piketty sinaliza com um tom pessimista, mas ressalva que acordos sociais ao longo do século XX se alteraram, permitindo, por exemplo, o surgimento de uma classe média patrimonial. Torna-se evidente que, em se tratando de democracia, devemos abdicar de teleologias e pensar que novos movimentos podem estar surgindo, projetando outra curva de desigualdade para a democracia do século XXI. Independentemente da implementação ou não das propostas do autor e do viés ideológico delas, o certo é que Piketty influenciará de maneira indelével a forma como seus leitores e muitos economistas passaram a pensar a respeito dos temas e questões levantados em sua obra.

Referências Bibliográficas

- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

